



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 5/2011

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011

----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva e Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Vítor António Duarte Santos, Luís Fernando Henriques Santos, Rui Miguel da Costa e Silva e Maria Inês Pereira Maurício, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas quinze horas verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **PONTO PRÉVIO** -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a acta n.º 4/2011 referente à Sessão de Ordinária de 24 de Setembro de 2011. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Solicitou que na página 16, na sua declaração de voto, fosse retificada a palavra atenção para intenção, e outra questão que quis esclarecer foi que em relação ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ponto de ordem à mesa que fez na mesma sessão, referente ao pedido, por impossibilidade material do Vice-Presidente de responder às perguntas colocadas, passasse a escrito, solicitando assim que as perguntas e o ponto de ordem feito à mesa pudesse ser considerado, para não ser invocado como estratégia para a ausência de resposta às perguntas efectuadas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Solicitou que para a próxima, não obstante o pedido de alterações ora solicitado ir ser considerado, e tendo em conta que a ata é enviada atempadamente, as retificações devam ser efetuadas durante o prazo previsto no regimento. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Afirmou que as retificações solicitadas foram intencionalmente efetuadas neste momento por se tratar não só de uma retificação mas também de questões políticas. --

----- Aprovada a acta n.º 4/2011 por maioria dos presentes dos presentes com 6 abstenções, com as alterações propostas pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O meu voto de abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente nessa reunião.” -----

----- Os restantes membros que se abstiveram nesta votação subscreveram esta declaração de voto. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Primeiro Secretário para proceder à leitura das recomendações, moções e votos apresentados à mesa (anexo 3), fazendo notar que três delas passaram a ser moções da Assembleia subscritas por todos os grupos municipais e duas são subscritas pelo Bloco de Esquerda. -----

----- Informou ainda que dando cumprimento ao previsto no regimento a ordem de leitura será a de entrada na mesa, iniciando assim pelas propostas do Bloco de Esquerda seguindo-se das restantes subscritas por todos os grupos municipais. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----
----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----
----- Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira -----
----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----
----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----
----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----
----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----
----- Intervenção transcrita na íntegra conforme solicitado pelo mesmo: -----
----- “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior, os meus cumprimentos, extensivos na sua pessoa a toda esta Assembleia. -----
----- Todos nós, creio eu, gostamos de ter a nossa casa bem arranjada e bonita e em especial quando recebemos visitas. -----
----- Concerteza que todos nós já reparamos que as entradas de Rio Maior, em particular quem sai da A15 e do IC2 e toma a estrada n.º 1 em direcção a Rio Maior, estão cheias de lixo, e que quem nos visita pensarão que em Rio Maior não existe grande brio para receber os visitantes. -----
----- Ele é garrafas de plástico, embalagens de iogurtes, cartazes, tanto nas valetas como pendurados nas árvores e já fora de prazo, bem como sacos vermelhos que ao que parece indicam actividades menos lícitas. -----
----- Bem, foi com agrado que verifiquei, quando da feira de Setembro efectuaram a limpeza de parte desse troço, mais concretamente desde o cruzamento da n.º 1 para a estrada de Santarém até à rotunda do novo empreendimento (antigo matadouro de frangos), pensando cá para comigo, e partindo do pressuposto que iriam limpar a entrada de Rio Maior,...até que enfim vejo algum esforço para dignificar Rio Maior... --
----- Afinal enganei-me, foi sol de pouca dura. -----
----- Na altura abordei os presidentes da junta de freguesia de Rio Maior e o de Asseiceira, colocando a questão e desafiando-os a resolver o assunto, dado que é uma vergonha para Rio Maior cidade. Responderam que sim, que tinha razão, muito concordatos e atenciosos, mas muitas reticências que era preciso isto e aquilo e que os serviços da Câmara iriam ser informados para resolução do assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Até hoje, tudo na mesma. -----

----- Se me permitem, iria sugerir o seguinte, para resolução deste assunto: -----

----- Todos os anos aparecem dezenas de cartazes pendurados nas árvores, e que depois vão ficando eternamente. Aos produtores desse lixo, ao solicitarem a sua licença para expor os seus cartazes, devia ser exigido uma caução de um determinado valor que os obrigaria a retirar os cartazes em tempo útil após as festas, ou caso isso não acontecesse esses valores da caução seriam um bom auxílio para a limpeza desses cartazes bem como do lixo existente nas valetas. Essa limpeza devia ser efectuada mensalmente. -----

----- Já agora, aproveitando a minha intervenção, pergunto para quando a resolução na estrada n.º 1 à entrada da Asseiceira, tema que já foi aqui por inúmeras vezes abordado e prometido resolução?" -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por apresentar a proposta de moção a alertar para o agravamento do desemprego no concelho de Rio Maior por considerar ser necessário sublinhar este tema na agenda política. -----

----- Informou que segundo dados fornecidos pelo IEFP referentes a novembro, são já 836 os riomaiorenses formalmente inscritos como desempregados, sendo o mais alto valor desde janeiro de 2004, referindo que infelizmente a experiência mostra que serão muitos mais os dramas familiares que se vivem e que atinge toda a comunidade riomaiorense, considerando que o combate ao desemprego como crucial e inadiável, cabendo ao estado e à autarquia desenvolver políticas de pleno emprego. -----

----- Mais informou que para obter um melhor conhecimento da situação laboral do concelho, foi efetuada reunião com a comissão sindical dos trabalhadores da Nobre Alimentação, S.A. e com a União de Sindicatos do distrito de Santarém, o que apurou foi que para além do drama do desemprego muitos riomaiorenses vivem numa situação de pobreza mesmo tendo empregos a tempo inteiro, devido aos baixos salários e ao agravamento do custo de vida, como é o caso de grande parte dos operários da Nobre Alimentação que ganham apenas cerca de 500 euros por mês. ----

----- Recomendou, em face da situação descrita, a criação de um fundo de emergência social. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Relembrou que há um ano atrás esta assembleia aprovou uma medida de combate ao desemprego proposta pelo BE, no sentido do município, através de um protocolo com a associação portuguesa de direito ao crédito, apoiasse a difusão pela população riomaiorense do acesso ao microcrédito para desenvolvimento de atividades económicas por conta própria e questionou o porquê desta medida não ter sido ainda concretizada e o que é que a Câmara Municipal já fez para a sua concretização. -----

----- Assinalou que outra realidade existente em Rio Maior é a repressão económica e psicológica sobre os trabalhadores para que não defendam os seus interesses e direitos, nomeadamente sindicalizando-se, o que considerou um grave atropelo à cidadania e à democracia. -----

----- Saudou a coragem de todos aqueles que participaram na greve geral do passado dia 24 de novembro e também a eleição de uma riomaiorense, Célia Colaço, operária na Nobre, para a direção da União de Sindicatos do distrito de Santarém. -----

----- Lembrou que no programa eleitoral do BE foi defendida a necessidade de mais transparência e de melhorar os sistemas de informação da autarquia para que os cidadãos tenham acesso a mais e melhor informação sobre as decisões que dizem respeito à sua vida, sendo exemplo deste défice de informação a falta de divulgação que a autarquia fez ao projeto de estacionamento pago que foi aprovado em reunião de Câmara. -----

----- Deu conhecimento que o BE participou no período de apreciação pública, divulgando o projeto, elaborando um parecer de análise que foi entregue na Câmara e ainda promovendo uma petição. -----

----- Mais informou que foi ainda apresentado um requerimento com perguntas que reiterou: foi feito algum estudo sobre o impacto económico que o projeto supracitado poderá ter no comércio da zona abrangida? Tendo em conta o número limitado de cartão de moradores que é previsto no projeto, qual a alternativa de lugares de estacionamento que a Câmara Municipal de Rio Maior disponibiliza para os residentes que não tenham acesso ao cartão de morador? Foi feito um estudo do número de moradores residentes e respetivas necessidades de estacionamento na área abrangida pelo projeto? Foi feito algum estudo do número de pessoas que trabalham na área abrangida pelo projeto e respetivas necessidades de estacionamento junto dos seus locais de trabalho? Foi feito algum estudo dos custos que o tarifário proposto acarretará para as pessoas que trabalham na área abrangida? Porque é que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Câmara Municipal não procedeu a uma maior divulgação do projecto junto dos cidadãos riomaiorenses? -----

----- Referiu ainda que acompanhou a Deputada Catarina Martins do BE numa deslocação a Rio Maior onde visitaram o antigo complexo mineiro do Espadanal e realizaram uma reunião coma EICEL¹⁹²⁰, tema sobre o qual a deputada teve duas intervenções na Assembleia da República, sendo que numa delas procurou esclarecer a situação do caminho público que subsiste no traçado da antiga linha férrea que servia a mina do Espadanal, nomeadamente a interrupção que sofreu na Quinta de Ferraria, entre a Ribeira de São João e Anteporta, questionando a Câmara se pretende esclarecer esta Assembleia sobre a quem pertence legalmente a propriedade do troço que foi obliterado ao acesso público. -----

----- Deu ainda a conhecer que outra das intervenções na Assembleia da República versou sobre o estado de abandono em que se encontra o antigo complexo mineiro do Espadanal e sobre o indeferimento do pedido efetuado pela EICEL para a classificação deste complexo como património de interesse municipal, perguntando quando é que a Câmara Municipal irá proceder à limpeza do lixo e dos resíduos das obras que instalou nestes complexo mineiro e também qual o destino que a Câmara pensa dar às esculturas que já estiveram expostas no jardim municipal e que agora estão amontoadas e vandalizadas no complexo mineiro do Espadanal. -----

----- Questionou por fim se a Câmara Municipal mantém o afirmado e citou: “que o início do processo e posterior classificação de um sítio implica uma série de condicionantes que, regra geral, podem constituir mais um entrave que um apoio na gestão do património, restringindo a sua aplicação apenas como medida meramente preventiva quando em presença de uma situação de perigo de perda de um património ou sítio.” -----

----- Mais referiu que em declarações à agência Lusa no dia 30 de novembro a Senhora Presidente da Câmara afirmou não ser oportuna a classificação neste momento por não se poder inviabilizar projetos de alguns proprietários instalados nas imediações, perguntando se a Senhora Presidente considera que a recusa de classificação de património para proteção de interesses individuais de proprietários privados é compatível com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como com o exercício de defesa dos interesses de uma comunidade previsto pelo artigo 235º da CRP. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou ainda que dirigiu à Câmara Municipal requerimentos sobre qual o paradeiro, o estado de conservação e acessibilidade do património arquivístico da empresa concessionária da mina do Espadanal e questionou se a Câmara está em condições de responder aos mesmos. -----

----- Considerou também que a Câmara, no processo que veio a culminar com a inscrição das Salinas da Fonte da Bica no roteiro das Minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal assumiu uma posição unilateral, excluindo o movimento associativo concelhio, nomeadamente a Cooperativa Terra Chã e a EICEL, inviabilizando um trabalho de âmbito mais vasto já produzido por aquelas associações, como consta nos documentos enviados a esta Assembleia, e considerou que com esta atitude o executivo demonstrou não ter uma visão integrada de desenvolvimento e de promoção das potencialidades do concelho bem como dificuldade em colaborar/trabalhar com o movimento associativo. Salientou que ainda assim que gostaria de ouvir os esclarecimentos sobre este assunto que considera que a Câmara deve a esta Assembleia e às associações envolvidas. -----

----- Informou também que em outubro o BE alertou na Assembleia da República sobre a falta de consultas médicas em Rio Maior que afeta cerca de 7000 riomaiorenses e questionou se a Câmara está em condições de informar a Assembleia Municipal do ponto de situação e quais os resultados da recente reunião que foi realizada com o secretário de estado adjunto da saúde. -----

----- Por fim, congratulou-se com a mudança de atitude da Câmara no sentido de finalmente ter reconhecido o problema da poluição suínica nas freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e considerou ser obrigação da autarquia estar ao lado das populações que sofrem com o problema, bem como defender a natureza e o ambiente e ainda preservar os recursos naturais, sendo este um problema de todo o concelho devendo existir uma ação que responsabilize os poluidores que insistem em não cumprir as normas regulamentares de salvaguarda do meio ambiente e do ecossistema. -----

----- Saudou a ação que tem sido desenvolvida pelo movimento cívico Ar Puro e solicitou à Câmara que informe a Assembleia Municipal do ponto da situação, inclusive da estação de tratamento colectivo de efluentes suínica de Alcobertas. -----

----- Questionou qual o ponto de situação do provedor municipal, já que considera que é uma figura que devidamente otimizada pode ser uma forma de aproximar os cidadãos dos vários órgãos e serviços autárquicos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Terminou saudando a associação H2O, associação de jovens de Arrouquelas, pelo seu 15º aniversário. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por se referir à feliz colocação da árvore de Natal iluminada na rotunda e também ao presépio na Praça da República, referindo estar apenas em falta a música característica da época. -----

----- Relativamente à proposta de moção apresentada acerca do desemprego no concelho de Rio Maior, acrescentou que esta chaga do nosso tempo é em muito o resultado de políticas descuidadas e ilustradas do comércio de sonhos e ilusões a que nos levaram, não sendo, por isso, demasiados os alertas para as consequências, nomeadamente a depressão de uma população, a depressão económica, a pobreza de todos, do país e de cada um, para além dos maiores riscos de instabilidade política e pior ainda, a violência. -----

----- Salientou que algumas das causas e soluções são conhecidas, contudo ainda não se verificaram desvios e considerou ser urgente para uma nova sociedade mais humanizada e operativa promover a capacidade de emprego e trabalho, pese embora que emprego e trabalho continuam a confundir-se e muito provavelmente sem resultados absolutos, sendo por isso urgentíssima, a necessidade de criar não empregos ou postos de trabalho mas antes oportunidades da sua criação, fator que nem sempre é assumido pelos poderes local e central. -----

----- Continuou por fazer uma resenha breve do que temos ou daquilo que se fez ou não, e iniciou pelo mês de fevereiro, a data de nascimento do poeta Ruy Belo, questionando em que situação está o prémio Ruy Belo, salientando a terra que não honra os seus não é merecedora da sua memória, sendo que a obra deste poeta fala-nos da sua terra natal e das gentes de São João da Ribeira, citando ainda alguns dos versos da autoria do poeta com referências à sua infância e juventude passadas neste concelho. -----

----- Referiu ainda ter sido dito por um autarca de um concelho limítrofe que se fosse detentor de tanta riqueza cultural e patrimonial no seu próprio concelho, como a obra de um poeta, um pelourinho, uma anta, umas marinhas, grutas, etc., tudo faria para promover o seu desenvolvimento, e acrescentou ainda, a própria, o Largo D. Maria, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Praça do Comércio e outros sítios e outros lugares onde se podem promover tantos eventos. -----

----- Afirmou que esperava encontrar nos projetos propostos pelo executivo municipal um projeto que promovesse estas valências e considerou que ainda não é tarde para o fazerem, sob pena de, em vez da promoção de projetos, se promover a desmotivação e o desinteresse de quem ainda trabalha; salientou também competir ao setor público traçar planos, projetos e programas, para além de fornecer a logística para outros projetos de desenvolvimento na rota do progresso a par e completamento de outros. --

----- Questionou que superiores ou particulares interesses existem que possam sobrepor-se ao inegavelmente valioso e valoroso. -----

----- Terminou com uma citação, que se transcreve: “O mais importante da vida não é a situação em que estamos mas a direção para a qual nos movemos.” -----

----- **Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Interveio apenas para questionar o executivo municipal acerca da veracidade dos rumores que circulam sobre a instalação de uma nova superfície comercial para Rio Maior, já que a situação económica do nosso concelho é sua preocupação e questionou também se seria possível a título extraordinário as empresas do nosso concelho e que pagam cá a derrama, serem avisadas pelos serviços da Câmara para terem atenção e concorrerem aos concursos públicos lançados na plataforma, porque se concorrerem e ganharem irá haver lucros que, em última instância reverterem também a favor da Câmara. -----

----- Afirmou ainda ser sensível à situação explanada pela Deputada do BE relativamente às explorações suinícolas, mas há que referir que foi esta atividade que trouxe desenvolvimento e poder económico, enchendo estabelecimentos comerciais e a população no geral vivia bem nesta zona, salientando que agora num momento de fragilidade da união europeia é necessário produzir português e reavivar as atividades de produção que, não obstante produzam incomodidade, produzem também riqueza para a próxima geração. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por se referir à inauguração do Parque de Negócios de Rio Maior e da Plataforma Logística da Nobre Alimentação no passado dia 28 de Outubro, que juntou membros do governo, autarcas, empresários e personalidades. -----

----- Considerou ter-se tratado de um duplo evento já que não se tratou apenas da inauguração do moderno espaço empresarial, mas também da primeira unidade em funcionamento, e que representa, nos tempos que correm, um sinal de otimismo e uma prova de que Rio Maior se está a preparar para novos desafios. -----

----- Referiu-se ainda ao novo conceito implementado por esta área empresarial, a primeira do país, agradecendo ao executivo que em conjunto com a Depomor soube levar a bom porto esta ideia e saudando a Nobre Alimentação por ter escolhido continuar a apostar em Rio Maior para se desenvolver e modernizar. -----

----- Abordou também o tema da sustentabilidade do concelho, reforçando que ao contrário do que muitos pensam apoiar o empresário é dar uma ajuda à criação de riqueza e de postos de trabalho, afirmando que não são apenas as entidades públicas que criam riquezas, reforçando que maus são os tempos em que os maiores empregadores são as Câmaras Municipais, devendo, por isso, Rio Maior apostar no modelo estratégico de atração de novas empresas e novos negócios. -----

----- Considerou que o exemplo foi dado pela Presidente da Câmara Municipal na inauguração do Parque de Negócios, quando, aproveitando a presença dos órgãos de comunicação social e empresários da região, lançou um convite aos industriais e empreendedores do nosso país para este concelho que dispõe das condições logísticas, estruturais e geográficas ideais para a fixação de empresas. -----

----- Salientou que, para além das condições naturais, devemos ainda colaborar com as empresas que se queiram fixar no nosso concelho dando-lhes as condições e os apoios possíveis em benefício do progresso do concelho, referindo, no entanto, que não são apenas as empresas de fora que devemos apoiar, mas também os empresários locais na manutenção ou criação de negócios, podendo a autarquia funcionar como um parceiro de desenvolvimento. -----

----- Sugeriu ainda que, tendo já assistido ao longo do tempo ao encerramento de muitas empresas no concelho, seja elaborado um estudo sobre as suas causas nos últimos 10 anos, podendo esta ser uma boa ferramenta de trabalho. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para dar conta do seu espanto acerca da reação, por grande parte dos riomaiorenses, relativamente ao estacionamento e à colocação de parquímetros, porque muito embora, como a todos, o pagamento de mais uma taxa não seja do seu agrado, não podemos ser hipócritas, já que todos aqueles que se deslocam a outras cidades, em compras ou outras atividades, têm que pagar estacionamento. -----

----- Referiu ainda que esta é uma questão que estranha bastante porque sendo que existem em Rio Maior lojas diversas como em todas essas cidades, porque se deslocam para lá gastar dinheiro e pagar, nessas mesmas cidades vizinhas, as taxas referentes ao estacionamento, enquanto o pagamento dessas mesmas taxas na nossa cidade a todos indigna e contraria. -----

----- Continuou dizendo que se somos uma cidade onde se apregoa que temos um complexo desportivo magnífico, uma escola superior de desporto, um complexo mineiro de grande interesse histórico, todos eles dignos de uma cidade, também somos uma cidade quando se tomam decisões de pagamento de parquímetros. -----

----- Acrescentou ainda que teve oportunidade de falar com a Presidente da Câmara e expressar que não concorda com a globalidade da proposta, designadamente porque parte incide sobre uma área essencialmente residencial e o número de cartões de moradores é manifestamente insuficiente. -----

----- Referiu ainda que questões desta natureza devem ser tratadas com clareza e frontalidade, e não através de meios onde a abordagem é superficial e fugaz, não permitindo o debate verdadeiro das questões. -----

----- Solicitou, por isso, que os órgãos de comunicação convencionais e os menos convencionais não promovam o debate gratuito acerca de questões menos importantes, mas sim o debate claro, informado e positivo, nesse caso sobre a questão do estacionamento. -----

----- Finalizou dizendo que não podemos ser uma cidade engalanada para umas coisas e que em altura de carências orçamentais não saber admitir que a contribuição tem que ser de todos. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou por agradecer ao Executivo ter estado presente na festa das vindimas na Asseiceira e também por ter concluído com êxito a promessa dos arranjos exteriores da urbanização do Alto do Seixal e do Bairro Social ao fim de vinte e quatro anos, e que no seguimento desta fase da colocação da sinalética se possa também esperar a colocação da sinalética horizontal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu ainda que as estradas municipais que eram nacionais e foram desclassificadas não são da responsabilidade das juntas de freguesia e tem sido feito um esforço para conseguir a limpeza das mesmas, não só por uma questão de asseio e limpeza do ponto de vista formal, mas também de asseio em relação a outras “atividades” que lá acontecem. Relatou que desde a entrada Freguesia até à Quinta das Palmeiras estavam onze prostitutas e que teve que solicitar a intervenção da GNR, já que algumas delas eram certamente menores de idade. -----

----- Questionou acerca do arranjo da EN1, à saída para a estrada de Arrouquelas, Amieira, que está a cair diariamente e que verificou constar do orçamento para 2012 e também acerca da sinalização que já está a ser colocada na EN114. -----

----- Chamou mais uma vez à atenção para o problema das águas pluviais na Ribeira de Santo André e fez votos que a Câmara nas verbas que estão inscritas em orçamento possa encontrar uma solução adequada e capaz de solucionar este problemas para as pessoas que já vivem, assim como a situação da casa da avó, sobre a qual houve uma reunião entre os interessados e o Executivo, esperando assim ter sido encontrada uma solução passados que estão já oito anos. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca dos esgotos da EN1, questão que foi também feita por escrito. -----

----- Questionou também acerca da razão porque foram colocadas massas frias nas Caroleiras, se é por não haver massas quentes ou concurso para a sua aquisição. -----

----- No que se refere às moções apresentadas, sendo que uma delas se transformou em recomendação, uma tem que ver com a necessidade imperiosa das forças vivas de Rio Maior passarem a intervir sobre as questões da saúde, já que o que actualmente se passa pode ser considerado um verdadeiro drama e são necessários esclarecimentos acerca da gestão efetuada no centro de saúde. Considerou ser de grande importância a sociedade civil de Rio Maior intervir e tomar os seus destinos nas próprias mãos. -----

----- Referindo-se à outra moção, considerou ser importante abrir a discussão pública e participada sobre a reforma do poder local. Considerou que esta reforma levada a cabo pelos governos, o atual e o anterior, tem esmagado o poder local e o documento agora apresentado é um embuste, uma contra-reforma e um ajuste de contas com o 25 de Abril. Informou ainda que no congresso da ANAFRE de mil e quinhentos delegados apenas dois se abstiveram sendo assim necessária a discussão deste assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Fez ainda registar que na próxima sessão da Assembleia Municipal será apresentado um documento para a constituição do Conselho Municipal de Segurança, já que a lei para o efeito está em vigor há já treze anos. -----

----- Referindo-se ao estacionamento, questionou se é possível ou não suspender a discussão pública, já que afirmou ter muitas dúvidas quanto à formalidade legal daquele regulamento. Indicou que se tal não for possível a CDU irá intervir do ponto de vista jurídico sobre a má interpretação daquele regulamento, para além de considerar um exagero algumas taxas como a do cartão de morador que custará trinta euros por ano enquanto em Lisboa um cartão de morador custar doze euros por ano. -----

----- Para finalizar indicou que as perguntas que foram entregues como requerimento visam esclarecer cabalmente a situação da não classificação do património mineiro como de interesse municipal e afirmou que a lei lhe permite solicitar à Câmara os esclarecimentos que achar necessários e obter a resposta no prazo de trinta dias por escrito. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Interveio para registar a existência do presépio e da iluminação de natal, informando que será aberto ao público, neste dia, o presépio de figuras para visitas. ---

----- Recordou ainda que no dia 31, e à semelhança do ano passado, haverá novamente celebração de passagem de ano na Praça da República, nos mesmos moldes mas com uma diminuição nas despesas, deixando assim o convite. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Iniciou por dizer que a falta de visão estratégica, a arrogância e a prepotência dos executivos, local e central, só tem rivalidade com a ausência de projetos próprios. -----

----- Lembrou que há dois anos, no discurso do feriado municipal, a Presidente da Câmara falava da definição da estratégia para o concelho, e que até à data se verificou a total ausência de qualquer projeto, e dessa estratégia destacou três fatores fundamentais: as juntas de freguesia, um museu e o apoio ao associativismo. -----

----- Disse ainda que no orçamento para 2012 se verifica um corte nas verbas para as juntas de freguesia, a total ausência de apoio ao movimento associativo e o descontentamento de uma associação que tem tentado promover a implantação um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

núcleo museológico e de recuperação de património, que considerou incompreensível por ser uma das coisas que Rio Maior precisava. Nomeou também o fecho do União Desportiva de Rio Maior, facto para o qual, referiu, terem chamado à atenção no momento próprio, e ainda a obra da escola secundária, referindo que também na altura foi sugerido à Presidente da Câmara fizesse ver à Parque Escolar o crime, inclusive financeiro, daquela obra, ao qual foi respondido que se estava a tratar do assunto. -----

----- Referiu também assistirmos a uma cada vez maior dificuldade da Escola Superior de Desporto começar a funcionar, dizendo ao executivo que devem ser exercidas junto do governo magistraturas de influência, no bom sentido, e que ponham os interesses do concelho acima de quaisquer outros interesses e que não se pode assistir a promoções de cautela para não desiludir governantes, afirmando que o PS não teve esse comportamento ao longo de todo o tempo que foi governo, e que teve sucessivamente governos de maioria do PS e do PSD, e não concorda que essa seja a forma de estar deste executivo. -----

----- Afirmou ainda que de facto todas as obras que assistimos são obras que vieram do anterior e dos anteriores executivos e que o atual executivo não pode parar, sendo que o Parque de Negócios estava aprovado e a Nobre Alimentação já tinha decidido a sua instalação antes das eleições de outubro de 2009. -----

----- Criticou ainda o facto de assistimos a algumas coisas que são de alguma forma provincianas e revivalistas, considerando que não obstante Rio Maior ter as suas características próprias e desde tempo imemoriais fatores diferenciadores de forma positiva, como a sua localização, o eixo norte/sul – este/oeste passa obrigatoriamente por Rio Maior. -----

----- Considerou que desta forma o plano que a Câmara continuou do Dr. Augusto Mateus, previa uma coisa que se chamava a lentidão escolhida ao contrário da lentidão sofrida, e afirmou ser aqui que entra o provincianismo que se revê numa tentativa de revivalismo da década de 70, finais da década de 80, que deu origem a que o PSD deixasse de ser poder em Rio Maior e passasse a ser o PS. -----

----- Apontou que se revê esse revivalismo o anacronismo da revitalização do mercado semanal e ainda em dois projetos de modernidade que roçam o ridículo, como a ideia de concorrência com Santarém ou Caldas da Rainha e a limitação de acesso de veículos a locais, com a colocação de parquímetros, por lógica urbanística, referindo que não faz qualquer sentido perdermos aquilo que de bom existe que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

acessibilidade aos grandes centros urbanos com este tipo de medida. -----

----- Indicou ainda que outro dos projetos que não tem sentido é o das hortas urbanas em Rio Maior, e questionou qual será o terreno que a Câmara vai disponibilizar para o efeito, e considerou que se trata de um modelo de grandes centros, inadequado para a esta cidade, e que devemos desenvolver-nos por nós próprios. -----

----- Disse também que o PS quer pôr-se à margem da pequena política de vitimização e que nada têm a ver com as vontades que os elementos do PSD têm de se ser ou não ser candidatos à Câmara e não têm que ser visados quando, para responder ao Presidente da Junta que deu uma entrevista legítima a um jornal sobre querer ser candidato ou poder vir a ser candidato à Câmara Municipal de Rio Maior, o Chefe de Gabinete vem dizer que o PS era como que o responsável por isso, afirmando que o PS nada tem, nem quer, ter alguma coisa que ver com isso. -----

----- Revelou que o PS tem muita apreensão em relação a esta circunstância e que os riomaiorenses saberão rapidamente reconhecer o seu engano. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que quanto às moções/recomendações apresentadas, designadamente quanto à assembleia temática sobre a reforma administrativa local e quanto ao debate público sobre a saúde no concelho de Rio Maior, a bancada da CJF nada tem a opor até porque são abertos à discussão pública e a tudo aquilo que venha melhorar o desenvolvimento, em qualquer área, do Concelho de Rio Maior, indicando assim o sentido de voto favorável. -----

----- Referiu que quanto à recomendação do BE indicou o sentido de voto desfavorável da bancada da CJF, porque ainda que a Câmara quisesse a criação de um fundo de emergência social não existe atualmente cabimentação orçamental para tal. Salientou ainda que a Câmara já apoia as famílias necessitadas através do seu gabinete de ação social, como aliás é referido no conteúdo da recomendação. -----

----- No que respeita à moção apresentada pelo BE referente às questões do desemprego no país e nomeadamente no concelho de Rio Maior, indicou o seu sentido de voto individual como favorável, com declaração de voto. -----

----- Referindo-se à última intervenção do Deputado António Manuel da Silva Moreira do PS, absteve-se de qualquer comentário sobre a intervenção do mesmo e considerou que a mesma não merece qualquer comentário que possa ser debatido. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deixou, no entanto, a pergunta de quem foi o responsável, quem foi o governo, que partido governou o nosso país durante os últimos seis anos, ou seja, até 21 de Junho de 2011, e considerou que com isto estará dada a resposta ao PS. -----

----- Por fim, quis deixar uma mensagem de natal a todos os presentes que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Excelentíssimos, nesta quadra são tantas vezes faladas, e muitas outras banalizadas, as palavras solidariedade, fraternidade, compreensão, amizade, etc. Pena é que no resto do ano tantas vezes estas palavras sejam esquecidas nos atos que praticamos dia a dia. Esta é, e pretende-se que seja, a casa da democracia e independentemente dos partidos que militamos e das opiniões divergentes que tantas vezes temos, é importante não esquecer o respeito, a urbanidade, o saber estar, o saber ouvir, o saber opinar, sem que para tal seja necessário pisar o outro ou recorrer à mentira, à injúria, à demagogia, à deturpação para que nos possamos fazer entender dentro das divergências que salutarmente, em democracia, devem existir. -----

----- O natal é a época do ano em que mais se pronunciam as palavras, como já disse e entre outras, a amizade, a fraternidade, a solidariedade, prosperidade, partilhar, dar, etc. No natal enfeitam-se as árvores com bolas, luzes e a estrelinha no topo, enfeitam-se as casas, compram-se presentes para aqueles que nos são mais queridos. Todos somos compelidos a contribuir para as imensas causas que todos os anos fazem chegar aos lares mais carenciados uma esperança e um maior conforto. A generosidade é obrigatoriamente uma medalha de duas faces: a disponibilidade para dar e por outra também para receber. -----

----- Sejamos pois generosos no que damos sem pensar no que vamos receber em troca porque certamente quem dá amor colhe amor, quem dá sofrimento colherá a dor. Que estas palavras tão pronunciadas nesta época do ano nos possam acompanhar durante o dia a dia, ainda que não seja natal, possam ser sentidas e praticadas em quaisquer circunstâncias e acima de tudo que a luz que brilha na nossa casa em forma de luzinha na árvore, ou de um pavio aceso, nunca seja apagado no nosso interior. ----

----- A luz que nos diferencia em casa dia, a cada gesto, acima de tudo nos mais simples e singelos, basta um sorriso dado com o coração para fazer daquele instante um dia melhor para quem o dá e para quem o recebe. Dar é um impulso de uma força centrífuga que parte do eu para o outro e volta num olhar, num prazer, num sorriso, num obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Desejo a todos os presentes nesta sala, incluindo o público, comunicação social, funcionários desta autarquia que estão nesta sala e não só, a todos os riomaiorenses e a todas as famílias riomaiorenses e amigos, um bom natal com a esperança necessária para ultrapassarmos os tempos difíceis que já estamos de facto a atravessar e que se nos avizinha no novo ano que aí vem. Votos de próspero 2012, vivido com muita tranquilidade e principalmente com muita saúde. Muito obrigada.” ----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de bom natal e próspero ano de 2012. -----

----- Iniciou por referir que algumas das questões que foram colocadas serão respondidas por escrito devido a tratarem-se de tomadas de posição importantes para todos. -----

----- No que se refere à questão colocada pelo Deputado Jacinto Madeira Correia afirmou ter-lhe dado uma boa ideia no que respeita à existência de uma caução para a colocação de publicidade por todo concelho e que depois de passarem os eventos não é retirada, podendo resolver algumas das situações, e que muito embora não resolvesse todos os problemas poderia resolver, como exemplo, o da afixação não autorizada de alguma dessa publicidade, e dirigindo-se à deputada do BE em forma de notificação, referiu aquela que existe no jardim municipal onde foi agora mudado o cartaz do BE, que lá se encontra desde as eleições legislativas, indicando que aquele espaço é precisamente um dos locais onde é proibida qualquer forma de propaganda política, e que legalmente não podem os órgãos executivos autárquicos mandar retirar, sem antes notificar e ouvir as forças partidárias envolvidas. -----

----- Ainda relação às questões colocadas pelos Deputada Carla Maria Pires Rodrigues referiu que pela sua quantidade não poderá responder a todas, mas assegurou que sobre a matéria da classificação do complexo mineiro algumas das questões tinham já sido respondidas e remetidas via postal. -----

----- Esclareceu quanto à intervenção do Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira não há conhecimento por parte do executivo da intenção de instalação de outra grande superfície no nosso concelho e que em relação às questões colocadas sobre os concursos públicos informou que os municípios não estão vinculados aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

concursos efetuados pela CIMLT, e que serão sempre tidas em conta as condições mais favoráveis para o município. Esclareceu também que as empresas do município podem sempre concorrer a concursos públicos desde que estejam devidamente inscritas na plataforma para o efeito e que deles tenham conhecimento. -----

----- Acerca da inauguração da área de localização empresarial e da plataforma logística da Nobre Alimentação, salientou que é solidária com a questão do desemprego, mas também é solidária com aqueles que mesmo tendo emprego não estão, neste momento, a receber o seu vencimento, com salários em atraso e que continuam a trabalhar para poder manter o seu posto de trabalho e de alguma forma manter também as empresas, não abandonando o seu empregador e seja o fim de mais uma empresa como tem acontecido a algumas. Afirmou ainda estar também solidária com os empresários e que tudo continuará a ser feito para os apoiar e garantir a manutenção das empresas no nosso concelho. -----

----- Quanto ao agradecimento pela comparência na festa das vindimas feito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira afirmou que sempre que é manifestada por qualquer junta de freguesia ou por qualquer associação a vontade que o executivo esteja presente em alguma atividade, este tem estado sempre presente também como forma de reconhecer o trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia e pelas próprias associações. No entanto, demonstrou algum desconforto pelo facto de a própria autarquia endereçar convites para as atividades da Câmara Municipal aos deputados municipais, às juntas de freguesia e associações e, salvo algumas exceções, a participação é reduzida. -----

----- No que respeita ao assunto da classificação do complexo mineiro como património de interesse municipal, lembrou que a primeira vez que o assunto foi abordado foi nesta assembleia municipal na forma de moção, propondo à Câmara Municipal a classificação do complexo, sendo a mesma rejeitada na altura, acrescentando ainda que os tempos que se vivem não são compatíveis com a promoção ou com o apoio a projetos individuais ou pessoais e a questão da salvaguarda do património que é propriedade do município compete ao próprio município e os tempos quem os define é o próprio executivo. Informou ainda ter sido convidada de véspera para estar presente numa visita da deputada do BE da Assembleia da República, a convite da EICEL, para virem visitar a mina do Espadanal, referindo que a visita seria em zona de espaço público fronteiro à antiga fábrica de briquetes, ao qual se respondeu alertando que o espaço do antigo complexo mineiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

do Espadanal não oferece condições de segurança para ser visitado. Salientou, que não obstante o alerta, uma das fotografias que lhe chegou na sequência dessa visita era precisamente do interior do complexo em zona considerada perigosa e de entrada proibida. -----

----- Quanto à referência feita à obra da escola secundária como um crime, que supôs ser referente à requalificação da mesma, e à comparação entre a coligação municipal e a coligação governamental, lembrou que a decisão de não se avançar para uma nova escola e de se fazer a requalificação da escola secundária existente foi do anterior governo e que a referência à cautela para não desiludir governantes reflete desconhecimento da situação, reafirmando que a decisão foi do anterior governo. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso para os esclarecimentos necessários no âmbito dos seus pelouros, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação ao prémio Poeta Ruy Belo se tem estado, em colaboração com o Presidente da Junta de Freguesia de São João da Ribeira e em estreita colaboração com a viúva do poeta, a preparar as comemorações do nascimento de Ruy Belo. Referiu ainda que no ano passado foi assinalado o momento com grande intensidade tanto em São João da Ribeira com a inauguração do busto e em Rio Maior com um espetáculo no cineteatro de grande qualidade. -----

----- Informou ainda que em relação ao prémio se trata de uma questão que foi falada inclusivamente com a viúva do poeta Ruy Belo, já que atualmente é impossível ter um prémio de nível nacional, correspondente ao valor que se pretendia para um prémio desta importância. Afirmou que o prémio não acabou, o regulamento existe e logo que seja possível atribuir um prémio correspondente ao valor do poeta Ruy Belo será retomado. -----

----- Mais informou que em relação à casa e ao seu espólio se está a tratar do assunto e se têm vindo a realizar reuniões acerca do mesmo. -----

----- No que se refere às Ruas da Lezíria esclareceu que é uma atividade lançada pela CIMLT às escolas da comunidade e da qual o município participou na sua elaboração e na sua conceção e que terá continuidade, esperando que esta ideia seja aceite pelas escolas e pela turmas num futuro próximo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Relativamente à questão do centro de saúde assentiu ser uma questão preocupante e que o problema continua a ser acompanhado, referindo ainda que a situação das unidades é uma forma de funcionamento dos serviços de saúde, tratando as unidades de saúde personalizadas e familiares de forma autónoma e daí não existir articulação entre elas para o atendimento dos doentes, e que já foi dado a conhecer que se considera não ser a melhor forma de racionalização de recursos. -----

----- Informou que em relação às hortas sociais no primeiro mês foram já feitas vinte e duas inscrições para as cinquenta possíveis, o que quer dizer que talvez não seja tão provinciano e vá corresponder a uma necessidade. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os restantes esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à limpeza da EN1 que foi iniciada e não teve continuação esclarecendo que houve necessidade de deslocar os meios para outro local mas logo que possível será retomada. -----

----- Esclareceu que as massas a frio foram colocadas porque na altura a central não tinha massas quentes disponíveis, referindo que embora não seja o ideal ficou melhor do que estava anteriormente. -----

----- No que se refere a toda a problema em relação ao complexo mineiro do Espadanal informou que a Câmara em tempo oportuno adquiriu a propriedade, pagou-a e pertence ao domínio privado da Câmara Municipal. Salientou que o facto de este executivo não ter ido de encontro à vontade de considerar o complexo como de interesse municipal, não reflete qualquer tipo de intenção de alienar a propriedade ou mandar destruir o que lá está, referindo que é exatamente o contrário, já que quando a Parque Escolar era uma empresa com muito dinheiro foi equacionada a hipótese de requalificar conjuntamente com aquela toda a zona tendo sido inclusivamente efetuado um masterplan com maquete, não tendo avançado por falta de financiamento. -----

----- Afirmou que este executivo sempre teve e continua a manter todo o interesse em requalificar todo o espaço da mina do Espadanal e zona envolvente. -----

----- No que se refere à afirmação de existência de interesse instalados em relação a outros proprietários, esclareceu que a proteção de cinquenta metros decorrente da classificação iria por em causa terrenos privados dos quais as pessoas são legítimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

proprietários com direitos e expectativas previstas no PDM em vigor, e que possivelmente sendo lesados nos seus direitos teriam que ser indemnizados. -----

----- Relativamente às pecuárias existentes no concelho, referiu ser um problema que de longos anos, mas que, não obstante o problema ambiental que possa existir, há também que reconhecer a riqueza que estas trouxeram ao concelho e os postos de trabalho que ainda hoje garantem. -----

----- Informou que em relação ao estacionamento pago foi recebida ontem na Câmara Municipal uma petição contra o mesmo e congratulou-se por finalmente as pessoas do concelho se tornarem intervenientes, já que por diversas ocasiões foram efetuadas sessões de esclarecimento, seja do plano estratégico seja sobre a mobilidade urbana, às quais a adesão foi nula, independentemente de toda a divulgação feita, e que se tivessem participado nas mesmas se poderia evitar algumas intervenções aqui feitas. -

----- Quanto às hortas urbanas dirigiu-se ao Deputado António Manuel da Silva Moreira afirmando que o pior que se pode ter é miopia política e que quando fala nas hortas urbanas se conhecesse o projeto e a adesão que tem havido por parte da população saberia que este terá lugar num terreno da Câmara Municipal situado próximo da avenida dos Combatentes com a área de dois hectares, no qual está previsto instalar cinquenta talhões, sendo que alguns dos quais a própria Universidade Sénior está interessada como mais uma forma de convívio. -----

----- Afirmou ainda que não se trata de um projeto ridículo e que ridículo é efetivamente a falta de seriedade com que algumas afirmações são feitas. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Na sequência da solicitação do Deputado António Manuel da Silva Moreira para intervir questionou se é alguma questão rápida ou se é algo que possa ser solicitado por escrito dado o tempo das intervenções estar em muito ultrapassado. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio para solicitar um esclarecimento acerca da obra da escola secundária já que o que a Presidente da Câmara esclareceu já era sabido desde a altura do anterior executivo e que há salientar é a posição a contrapor essa decisão que devia ter sido assegurado pelo executivo em funções. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para um esclarecimento acerca do estacionamento, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que no que refere ao estacionamento pago foi feita pela comunicação social verdadeira contra informação com títulos bombásticos e que em nada refletem a realidade publicada em diário da república, informando que aquilo que está realmente publicado são projetos de regulamentos em período de discussão pública, sobre os quais poderão ser feitas as sugestões e recomendações que serão avaliadas pela Câmara em sede própria. -----

----- Realçou também que, de acordo com a experiência, quanto maior for a rotatividade de carros melhor é para todos, quer seja para os comerciantes quer seja para os moradores. Referiu que aquilo que a Câmara está a equacionar neste momento é avançar com o estacionamento pago nos parques cobertos e ainda, contrariamente ao que foi aqui dito, já houve há anos atrás estacionamento pago em vários locais da cidade e na altura ninguém concordou, finalizando dizendo que felizmente estávamos numa província do distrito de Santarém. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seriam agora votadas as moções e recomendações com as alterações propostas, que serão anunciadas à medida que forem colocadas a votação.

----- **Moção do BE – Desemprego no Concelho de Rio Maior** (anexo 3) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 27 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente de Junta de Freguesia de Outeiro da Cortiçada** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ O meu voto contra esta moção assenta em três razões. A primeira razão é formal, prende-se com o facto dos artigos referidos nos considerandos não estarem de acordo com as conclusões que se pretendem aqui ver aprovadas. E isto porque a questão do desemprego é um assunto nacional por afetar todo o nosso país e não só Rio Maior e os riomaiorenses como pretende fazer crer o Bloco de Esquerda. A segunda tem a ver com o facto desta moção, a exemplo de outras apresentadas pelo Bloco de Esquerda, não conter em si uma ideia, um caminho, uma proposta concreta para solucionar o assunto que traz a debate. Utilizar a situação difícil em que vivem aqueles que sofrem na pele com o desemprego, apenas para se fazerem notar nesta assembleia é algo que considero, no mínimo, desprezível, porque se não fosse demagogia do Bloco de Esquerda a preocupação e solidariedade não deveria ser só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

para com os desempregados mas também para com aqueles que trabalham e não vêm um salário há meses, para os que querem produzir e criar empregos mas que não conseguem financiamento, para os comerciantes e os empresários que devido às dificuldades não conseguem pagar os salários por inteiro a tempo e horas. A terceira razão deve-se ao facto desta moção do Bloco de Esquerda não passar, na prática, de mera propaganda política e de pretender utilizar esta assembleia como veículo da sua promoção partidária, isto porque por estes dias dezenas de assembleias municipais por este país fora, onde existam membros eleitos pelo Bloco de Esquerda, estarão a discutir esta mesma moção em que só mudam os nomes dos intervenientes, à semelhança aliás de moções anteriormente apresentadas como foi o caso da das taxas sobre as caixas Multibanco ou dos orçamentos participativos.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu votei favoravelmente porque considero que o país está a sofrer uma crise económico-social de que não há memória, com as famílias portuguesas com grandes dificuldades, Relembro aqui não só os desempregados mas também, como já a senhora Presidente e agora o deputado que me antecedeu referiram, os, embora empregados, que não recebem os seus salários, os que correm risco de desemprego, as empresas com dificuldades, bem como todos os cidadãos portugueses que mais ou menos, que de uma forma ou de outra, estão afetados por esta crise. -----

----- Apoio e incentivo a Câmara a continuar o trabalho no sentido de apoiar as famílias carenciadas, promover o emprego e estimular a economia. Assim, e porque todos desejamos mais e melhor, e porque todos estamos solidários com os que mais sofrem com a atual situação do país, louvamos a Câmara Municipal pelo seu trabalho, nomeadamente quanto à inauguração do Parque de Negócios e à plataforma logística da Nobre Alimentação, que aliás também já foi falada nesta assembleia, e estamos certos que a Câmara tudo continuará a fazer no sentido de apoiar a economia do concelho de Rio Maior. Mas não nos esqueçamos porém que a crise, se é verdade que afeta o particular e afeta as empresas, afeta também a Câmara Municipal, e por isto não nos esqueçamos que “sem ovos não se fazem omeletas”. -----

----- **Recomendação do BE – Proposta de criação de Fundo de Emergência Social** (anexo 4) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes com 23 votos contra, 7 abstenções e 1 voto a favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**
que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A minha abstenção tem duas razões: a primeira é porque está atrasado no tempo, portanto o facto de ser aprovado não ia adiantar rigorosamente nada, e segundo um tema desta importância devia ter sido apresentado na altura da auscultação do estatuto do direito da oposição para poder ser incluído no orçamento. Portanto eu não vou votar uma coisa que não tem efeito nenhum.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Abstivemo-nos por de facto esta recomendação não ter consequências do ponto de vista prático, não está revertida no orçamento e portanto só no orçamento de 2013 poderia ter efeitos e não faz sentido. -----

----- Para além disso, gostaria de dizer que nós não gostamos de nos rever em ataques fáceis e meramente de agitar bandeirinhas. De facto a situação é difícil para todos e um fundo de emergência, em termos de situações conjunturais, tem riscos que ultrapassam em muito aquilo que se pretende na prestação de ajuda a quem efetivamente precisa muito.” -----

----- **Moção apresentada por todos os Grupos Municipais para realização de um debate público acerca do direito à saúde** (anexo 5) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Proposta de recomendação subscrita por todos os Grupos Municipais para a realização de uma Assembleia Temática acerca da Reforma da Administração Local** (anexo 6) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Voto de pesar pelo falecimento de João Afonso Calado da Maia** (anexo 7) ----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. --

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CIMLT – Documentos Previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2012** -----

----- **Actividade Municipal** (anexo 8) -----

----- **Central Termoelectrica a Biomassa Florestal – Pedido de prorrogação de prazos para realização do negócio e exercício de direito de preferência** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da questão do mercado mensal, quando vamos ter e o que é que se passou concretamente no dia 19. -----

----- Questionou também acerca das seguintes reuniões: dia 03/10 com o Professor José Rodrigues sobre a apresentação de projeto desportivo, de que projeto desportivo se trata; dia 14/10 com a empresa Obraeuropa acerca do espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais e qual o ponto de situação; dia 18/10 acerca do assunto "Qualidade de vida em meio urbano" e se já há data para realização da reunião do PDM e se pode informar alguma coisa acerca do assunto; dia 09/11 com a ANMP acerca da proposta de lei do orçamento de Estado para 2012 e análise e discussão da temática da reforma da administração local e o que pode ser informado acerca do teor desta reunião; dia 10/11 sobre a realização do Fórum Empresários acerca da reforma da administração local e qual o feedback dos empresários acerca deste tema. -----

----- Disse ainda que a Presidente da Câmara também reuniu com a Freguesia de Asseiceira ao dia 13 e não está descrito neste documento. -----

----- Para finalizar referiu-se à dívida a fornecedores que é de 3 044 716, 90 euros, questionando se a capacidade de endividamento da Câmara se esgotou. -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Iniciou por dizer que duas das questões que teria foram já colocadas na intervenção anterior, acerca da dívida a fornecedores e sobre o projecto do Professor José Rodrigues, e questionou ainda sobre a situação do Provedor do Município. -----

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que quanto ao mercado mensal este era efetivamente para ter entrada em funcionamento dia 19, mas tal não aconteceu por falta de preparação da Câmara Municipal, mas sim porque a Associação de Feirantes do Ribatejo, que tem as inscrições dos vendedores, não conseguiu atempadamente definir a distribuição de espaços. -----

----- No que se refere ao projecto apresentado pelo Professor José Rodrigues informou que no dia 03/11 foi convidada para assistir ao 11º Fórum da ENSSEE, do qual o professor é presidente, pela primeira vez um português, e a reunião consistiu na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

apresentação do facto de terem reunido cá os estados membros que estão nesta comissão, que definem linhas estratégicas para os países membros no que respeita ao desporto. -----

----- Informou que a reunião com ANMP se tratou de uma reunião sectorial, descentralizada onde os assuntos tratados foram precisamente o orçamento de Estado e a reforma da administração local, sendo que o primeiro foi amplamente debatido tendo os municípios assumido posições que depois vieram a ser refletidas no mesmo, nomeadamente a questão do endividamento ser de 50% em relação ao ano anterior, apenas se excepcionando uma que era a eliminação do IVA da iluminação pública a 23% e que ainda não está definido. -----

----- No que se refere à questão do endividamento esclareceu que não existe efetivamente capacidade de endividamento neste momento, mas a situação surge, não por ingerência ou má gestão, mas sim por força da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que determina que a 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos da legislação aplicável, não pode exceder o que existia a 30 de Setembro de 2010. -----

----- Informou também que o prazo médio de pagamento a fornecedores, que era em Setembro de 130 dias, é agora, no terceiro trimestre de 2011, de 91 dias. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os restantes esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que no que respeita ao encontro com os empresários acerca da reforma da administração local, alguns deles defendem a agregação ou fusão de freguesias, outros defendem a não agregação de freguesias mas sim de municípios, revelando-se, no fim de contas, uma discussão estéril. -----

----- Quanto à reunião com a Obraeuropá informou que foi para fazer o ponto de situação da evolução da empreitada, após a entrada de uma empresa de fiscalização externa, para a qual foi feito um concurso público. -----

----- Acerca da revisão do PDM informou também que neste momento, após o impasse da escolha da cartografia a utilizar, a CIMLT está agora a proceder à homologação da cartografia 1:10 000, sendo que os trabalhos continuarão a ser desenvolvidos pela equipa mas que não existe ainda previsão para a realização de qualquer reunião com as entidades. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Pede a palavra para solicitar que lhe fosse respondida a questão acerca do provedor do município. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Considerou que não sendo um assunto constante da atividade municipal e dos assuntos para conhecimento, não percebe o enquadramento para a resposta e não tem, por isso, condições para responder. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Indicou que o Deputado António Manuel da Silva Moreira seria informado acerca da questão posteriormente, nem que seja através da Mesa. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Integração no domínio público municipal de parte de área compreendida no conjunto de prédios rústicos que serviram de base à construção do Centro Escolar de Alcobertas** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes com votos de boas festas. -----

----- Indicou que o sentido de voto do Partido Socialista é favorável em linha com o que tem sido a sua postura no que diz respeito a esta questão do Centro Escolar de Alcobertas e a defesa deste centro escolar ao longo de toda a sua história. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Solicitou que lhe seja esclarecido porque é que esta situação aconteceu e porque é que só agora foi presente à assembleia se o centro escolar já está construído, julgando tratar-se, por isso, de um esquecimento. Indicou o sentido de voto favorável por se tratar de uma obra de interesse público, mas há coisas que têm que ser esclarecidas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se trata de uma regularização para efeitos de registo predial da parte sobrance do prédio onde foi construído o edifício do centro escolar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto II – Lançamento da derrama sobre o lucro tributável de 2011** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Questionou porque razão se está a votar hoje a derrama e porque é que não foi votada antes, já que os valores da derrama que estão a ser votados hoje já estão incluídos no orçamento que se irá votar em seguida. Interrogou se não será uma falta de respeito por esta assembleia incluir no orçamento valores que ainda não foram votados. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que fosse esclarecido qual o prazo de informação dos valores da derrama, já que tem a ideia que este é a 30 de novembro, sob pena de se manterem os valores do ano anterior. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Questionou em primeiro lugar se o prazo não é efetivamente até 30 de novembro e em segundo lugar indicou o sentido de voto como favorável porque a situação económica poderia levar a que a Câmara pudesse ter a tentação, que outros municípios tiveram, de elevar à taxa máxima, para 1,5%, e tal não aconteceu, mantendo a taxa de 1,4% e os benefícios aos pequenos e médios empresários, fixando a taxa para estes em 1%. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Esclareceu que o valor da derrama entra na média dos últimos vinte e quatro meses, e assim o valor que se vai eventualmente aprovar não é o valor exato que está no orçamento, seguindo as regras provisionais que constam do POCAL. -----

----- Relativamente ao prazo para comunicar às finanças, esclareceu que este é até 31 de Dezembro, até final do ano, ao contrário do que acontece com o IMI. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III – Declaração de Interesse Municipal – RuiPedra, Indústria de Extração e Transformação de Pedra, Lda.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Afirmou que esta situação é mais um exemplo das más práticas instaladas no país, construindo-se primeiro e só depois se trata do licenciamento. Interrogou qual será a razão para estas situações acontecerem, o porquê das partes não se entenderem antes da sua concretização e se não haverão interesses menos claros nestes processos. -----

----- Indicou que, neste caso, não havendo alternativa e perante o facto consumado não haverá oposição ao ponto apresentado, deixando a nota que o contexto da intervenção é de como estas coisas acontecem e não este caso em concreto. -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Interveio para dizer que se trata da regularização de uma situação já existente, tornar a situação claro e legalizar a instalação da empresa. Considerou ser do interesse do concelho a existência de empresas e a sua manutenção para a existência de emprego. -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Congratulou-se com a regularização deste tipo de questões porque a RuiPedra tem 90 trabalhadores, tem 7 milhões de movimento anual, trabalha 40% para o mercado externo e no prazo de três anos quer triplicar o volume do mercado de exportações. Considerou que muitas destas legalizações têm a ver com a inação do governo central e das administrações regionais e este acaba por ser um estratagema de ação política que as autarquias têm para resolver o problema, que de outra forma não se resolvem e nunca mais podem ser candidatos a determinadas linhas de financiamento europeu. -----

----- Afirmou que a CDU apoia estas ações que visam resolver situações que promovem o emprego e o desenvolvimento económico e, por isso, indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que a sua intervenção vem apenas na sequência de ter sido referido que podem existir interesses ocultos e assim clarificar que esta é uma situação que se arrasta há mais de trinta anos e que este executivo conseguiu, legalmente, arranjar uma solução para que em sede de revisão do Plano Diretor Municipal se possa regularizar a situação das construções, construções essas do conhecimento de todos os executivos que por aqui passaram, mas que a Câmara sempre entendeu que se deve salvaguardar uma atividade industrial, que no caso é a maior indústria do norte do concelho. -----

----- Salientou que se deve ter algum cuidado na escolha de palavras utilizadas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 32 votos a favor e 1 abstenção**. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ A exemplo do que se passou na última votação de interesse municipal, nesta questão, considero que me devo abster por razões éticas e também por considerar que estes processos têm o seu caminho e devem ser respeitados. Neste caso está a ser respeitado pela Câmara, mas pelo que eu já afirmei anteriormente, abstenho-me, como em sessões anteriores.” -----

----- **Ponto IV – Modificação Orçamental – 4ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2011** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Questionou acerca do acordo de parceria referido na proposta e que não está em anexo, e que sendo assim a votação será na boa fé, mas salientou que a falta do documento impossibilita o conhecimento da candidatura que foi feita, e que revela o objetivo dos 41 000 euros, ou seja, a causa da revisão orçamental a votação. Indicou o sentido de voto favorável por boa fé, já que desconhece para que são os 41 000 euros e se são efetivamente 41 000 euros, solicitando, se possível, a distribuição deste documento via e-mail aos deputados que tivessem interessados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse compreender a chamada de atenção e que irá solicitar aos serviços que seja enviado, referindo no entanto que o que realmente está a ser votado é a revisão orçamental e o que está em causa é a candidatura da Federação de Bombeiros dos distritos de Santarém, Portalegre e Évora para a aquisição de equipamentos estruturantes sob o tema “O trajeto para uma nova estratégia de melhoria do sistema operacional dos bombeiros” e aquisição de veículos para operações de socorro e proteção civil. -----

----- Voltou a referir que o que está em causa neste ponto não é a assinatura do acordo, mas sim a revisão orçamental originada pela assinatura do mesmo. Referiu novamente que irá dar indicações para o acordo de parceria ser remetido para conhecimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 29 votos a favor e 1 abstenção**. -----

----- **Ponto V – Concursos Públicos da Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Salientou que a economia de escala gerada por estes concursos tem interesse, mas solicitou que fosse esclarecida qual é efetivamente a poupança que o concelho de Rio Maior faz quer em relação ao gasóleo quer em relação à gasolina e ainda em relação aos lubrificantes, e considerou que talvez seja importante depois perceber a estratégia que foi seguida até agora pelo município, nomeadamente no que respeita à contratualização de outros serviços e os movimentos e os quilómetros e os custos que se tem com a atual frota, para verificar que esta pode ser uma área de poupança e que houve caminhos trilhados que foram errados. Chamou ainda à atenção para factos concretos que é a necessidade de se perceber o que a autarquia gasta em termos de gasóleo, como é que se pode poupar, o que se vai ganhar. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que cerca de 60% do combustível gasto é no apoio às freguesias com a cedência de equipamentos e que entre o ano de 2009 e o ano de 2010, a Câmara teve uma poupança real de 30 000 litros de combustível e em 2011 houve um decréscimo relativamente ao ano de 2010 de 21% e que relativamente às verbas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

estão inscritas no plano e orçamento para 2012 se aponta para um gasto de 120 000 euros em gasóleo e cerca de 7 000 euros em gasolina. Salientou que tem feito uma gestão correta uma vez que os consumos em litros têm vindo a baixar e havendo mais cortes poderá correr-se o risco de ter que evitar alguns serviços nomeadamente para as freguesias, e afirmou não ser isso que se pretende. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 30 votos e 1 abstenção**. -----

----- Ponto VI – Concursos Públicos da Central de Compras Electrónicas da CIMLT – Aquisição de Energia Eléctrica para instalações alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Considerou que o país está em profundo desgoverno e perdeu completamente a soberania nacional e está entregue a dirigentes de baixa categoria da troika. Considerou que agora ainda podemos negociar sob forma de concurso internacional e ainda vão ficando cá, porque a EDP ainda é uma das maiores empresas e das que mais dinheiro injeta na economia nacional e que mais lucros dá. Salientou que sendo Portugal dos países mais pobres da Europa a 26 somos os que pagamos a energia mais cara, e esta é umas das causas para estarmos na situação em que estamos. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável devido à poupança de 20% constante da proposta e lamentou que quem nos desgoverna entregue aquilo que é português a interesses que nada têm a ver com Portugal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria 29 votos a favor e 1 abstenção**. -----

----- Ponto VII – Empréstimo de curto prazo até ao montante de 600 000 € - Prorrogação de prazo -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou que os executivos devem ter os meios necessários para desenvolver as suas políticas e por isso nada há a obstaculizar a esta proposta. Adiantando-se já para o ponto seguinte referiu que o empréstimo de tesouraria deveria vir a seguir à aprovação do orçamento, já que a lei permite que seja depois de aprovado o orçamento na mesma sessão. -----

----- Referiu ainda que gostaria de saber se daqui por um ano sensivelmente vai haver prorrogação do prazo do empréstimo de 850 000 euros e qual vai ser o montante do empréstimo de tesouraria, reconhecendo que esta é uma questão que não pode ser respondida e apenas no futuro se poderá saber. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro da Cortiçada** -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 28 votos a favor e 2 abstenções**. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu abstive-me porque este empréstimo é um instrumento de gestão, mas essa não é a nossa gestão, não é a gestão da CDU, portanto não votamos este documento favoravelmente. E o tempo o dirá que temos razão.” -----

----- **Ponto VIII – Empréstimo de curto prazo até ao montante de 850 000 €** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria 28 votos a favor e 2 abstenções**. -----

----- **Ponto IX – Hasta Pública para venda de lotes de terreno urbanos – Património imóvel propriedade do Município de Rio Maior – Caderno de Encargos** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou ser compreensível esta venda pela falta de receitas cada vez maior face à política deste governo, mas afirmou que ninguém irá comprar nada visto o problema é estarmos a sofrer uma pressão por parte do governo central com cortes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

criação de condições que condiciona a existência de haver quem compre por haver cada vez mais indisponibilidade financeira e os bancos não emprestarem. -----

----- Afirmou que os políticos do PS, do PSD e do CDS ainda não perceberam que não encontram uma única solução para a criação de riqueza nacional, para o facto de as importações serem já de 85% e não haver dinheiro disponível para transacionar. ---

----- Referiu que apesar de esta ser uma boa proposta e os preços nem serem muito altos, ninguém vai comprar para construir. -----

----- Alertou ainda para as dificuldades que se aproximam em termos financeiros e democráticos à semelhança do que se passa já em outros países da Europa, onde quem governa já não são os representantes do povo mas sim os interesses financeiros. Salientou os cortes que o governo tem vindo a fazer nas verbas transferidas para as juntas de freguesia em cerca de 17% em dois anos e que no final os resultados destas medidas vão ser zero. -----

----- Acrescentou ainda que as políticas praticadas pelos sucessivos governos estão a levar o país à ruína. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interveio apenas para dizer que o sentido de voto é favorável, referindo que é natural que a câmara queira realizar receitas e esta é uma forma de o fazer. Salientou que rapidamente as pessoas percebem que a crise é europeia e mundial. Referiu que até um determinado momento a crise era apenas de desgoverno, agora sente-se que existe uma irracionalidade muito grande que não se sabe onde irá levar. Afirmou saber que o sistema está falido e a única dúvida que tem é se irá ainda assistir a uma guerra. -----

----- Afirmou ainda que a diferença que existe agora no país é que antes tínhamos algum respeito e agora temos um neoliberalismo exacerbado que nem mesmo algumas pessoas do centro direita ou se quisermos do centro esquerda da social-democracia do PSD se revêem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria 30 votos a favor e 1 abstenção**. -----

----- **Ponto X – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2012 -**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documento disponibilizado, agradecendo o empenho e a colaboração dos serviços competentes na elaboração do mesmo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Iniciou por dizer que este orçamento está reduzido ao contexto económico, social e político atual e falta-lhe um “golpe de asa”, percebendo no entanto a dificuldade em elaborar este documento, porque de facto as autarquias locais, as juntas e os municípios, são vítimas da própria política que o governo impõe com cortes cegos, diretos e da recessão económica existente no país. -----

----- Referiu que a Câmara parte para este orçamento com menos 2 984 000 euros e o “golpe de asa” que teria sugerido e teria feito, seria, atendendo a que as freguesias ficaram com menos 7% que o ano passado dos 9% que já tinham tirado, nomeadamente nas despesas de capital, como presidente de junta, pudesse ser mantido. -----

----- Solicitou um esclarecimento relativamente à clarificação objetiva, porque este orçamento dá uma ideia que tem nas entrelinhas o pagamento às freguesias de pessoal que não está espelhado nos 315 000 euros de despesas correntes, se existe uma redução das efetiva das despesas correntes ou não, ou ainda se a Câmara tem outras soluções para resolver este problema. -----

----- Referiu que o mesmo acontece em relação às despesas de capital, e afirmou que neste orçamento poder-se-ia ter ido mais longe no pormenor porque o alimento no concelho é o alimento nas freguesias e a forma é tão genérica que não se sabe efetivamente se os pedidos e/ou exigências estão ali contempladas. Disse que em relação a isso, nas reuniões havidas, tinham sido dadas garantias e que continua a acreditar, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, que a palavra dada é uma escritura. -----

----- Afirmou ainda que as freguesias são sempre o “parente pobre” e neste caso concreto considerou que era necessário esclarecer para todos as quebras que aparecem de 20%, e que podem não ser, e como é que a câmara vai resolver esses problemas. -----

----- Outra das questões que colocou é acerca do movimento associativo e afirmou que é prática em alturas de crise todo o imaterial ser sempre desvalorizado, o que considerou ser um erro. Distinguiu dois tipos de movimentos associativos, os que servem para as promoções e os que servem os interesses das populações e fez referência que quando foi aprovado o regulamento criou a expectativa que essa seleção, essa apreciação pudesse ser feita e considerou que o que vai marcar politicamente e impressivamente este orçamento é os apoios ou não às freguesias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ao movimento associativo, e clarificou que assim será porque quanto maior for a crise mais as pessoas das pequenas localidades vão precisar da sua colectividade. -----

----- Solicitou também explicação para o facto de o apoio ao movimento associativo ser de 18 000 euros e ao movimento desportivo ser de 210 000 euros. -----

----- Disse ainda que do ponto de vista formal o documento está bem elaborado, mas colocou ainda algumas questões que se enunciam: a páginas 14, na descrição da despesa, que seja explicado na aquisição de bens, 2 600 000 euros e na aquisição de serviços, 5 926 000 euros; a páginas 16, onde se refere o movimento gradual da despesa ao longo dos últimos anos em resultado quer do alargamento da actividade municipal nas mais diversas áreas quer da acumulação de competências passadas para as câmaras, e perguntou quais para além das já incluídas nas áreas de intervenção municipal; interrogou também se o valor de 315 000 euros de despesas de capital para as freguesias inclui algum dos valores acumulados deste ano ou se é na totalidade para transferência do ano de 2012. -----

----- Referiu ainda que houve uma poupança em pessoal de 650 000 euros, que se supõe serem aposentações, o que significa que a capacidade realizadora é cada vez menor, acabando, no futuro, por não haver equipas para trabalhar em face das restrições na admissão de pessoal. -----

----- Questionou também a razão pela qual a Santa Casa da Misericórdia irá receber 220 000 euros. -----

----- Disse ainda que o PCP/CDU tinha razão quando afirmou que o governo de José Sócrates ao querer transferir para as autarquias a educação, estava a “entalar” as autarquias, os professores, os conselhos executivos, porque não corresponde às necessidades, afirmando que agora se vê que o que é transferido não chega para 50% daquilo que custa. -----

----- Terminou dizendo que faltava o “golpe de asa” neste orçamento e que seria que as juntas de freguesia pudessem, com todos os sacrifícios, ter as mesmas transferências de capital, não sendo indicou que aguardaria as explicações para decidir o sentido de voto. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente ao orçamento iniciou por dizer que gostou de ouvir a explicação do mesmo na forma como foi exposto e agradeceu a colaboração de todos. -----

----- Disse verificar que ao analisar o documento que constitui as GOP e orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

para 2012 se está perante uma leitura fácil, acessível a todos porque comparando com os volumes anteriores se constata que estamos em crise. -----

----- Referiu que se verificam desequilíbrios para as diferentes rubricas e que a dotação para a educação é realmente enorme, acrescentando não se saber até quando poderá continuar, admitindo, no entanto, que as crianças são a maior riqueza da sociedade. -----

----- Verificou ainda que no que se refere ao conteúdo imaterial o valor é zero, quando muito 100 euros, (para que possa existir, sabemos) e considerou que poderia haver nestas áreas um pouco mais de ambição e criatividade, com conjugação de esforços para que Rio Maior continue a fazer mais e melhor. -----

----- Afirmou que, no que se refere ao edificado, existe muita obra feita; agora importa é preservar e salvaguardar esse mesmo edificado, mantendo o existente. -----

----- Acrescentou para finalizar que, para surpresa, encontrou no seu lugar uma agenda para o ano de 2012, que agradeceu à Câmara Municipal. -----

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Iniciou por se congratular com a inclusão no orçamento das obras que o BE tem vindo a defender ao longo do tempo: as obras em Casais Monizes e do abastecimento de água na Marmeleira. -----

----- Informou que este orçamento mereceu a melhor atenção desde o seu início, e verificou que desde a página 6 esta proposta de orçamento enquadra a situação em termos conjunturais no mundo, no país e nos municípios de uma maneira geral, e referiu que se esperava, por uma questão de lógica, que se desse um panorama de Rio Maior no seio desta conjuntura, o que não se verificou. Referiu ainda que se no texto de introdução se fala que é nas autarquias que se iniciam e terminam os problemas das populações, não se vislumbra uma palavra de defesa do município relativamente à razia provocada pelas políticas do governo PSD/CDS. -----

-----Disse ter, no entanto, verificado que os eventuais problemas das populações são ultrapassados por outros mais prementes, se não, não se verificavam cortes na ordem dos 18% nas juntas de freguesia e cortes de apenas 2% para a Desmor. -----

----- Questionou se a continuidade do tecido associativo referida na nota introdutória está patente na postura avessa e comum na Câmara à colaboração com algumas associações do concelho e também que tipo de obras irão ser feitas no complexo mineiro com o valor de 300 euros que lhe está atribuído. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Perguntou ainda se a participação da sociedade civil referida no mesmo texto inicial se refere à recusa de contemplar em orçamento a implementação de um orçamento participativo e também se a Câmara pretende contribuir para um equilíbrio social cobrando aos munícipes mais 800 000 euros que no ano anterior em saneamento e resíduos sólidos, e apresentando uma política de contas basicamente assente na redução de pessoal e de despesas com o pessoal. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou dizendo que orçamentos são folhas escritas que revelam intenções e que não dizem muito e por isso aparecem uma série de rubricas sempre inscritas com valores mínimos, o que revela alguma dificuldade e ao mesmo tempo alguma sagacidade para que se possa fazer face à necessidade de uma alteração orçamental, sem fazer revisões. -----

----- Disse ainda que numa altura de crise se exige a quem dirige que tenha alguma coisa de diferente, que não se resigne, que não se conforme, que não se desculpe. ----

----- Indicou o sentido de voto como desfavorável por três razões essenciais: a primeira porque nada do que está inscrito na memória descritiva do orçamento se vê refletido nas verbas, e considerou que numa altura em que é preciso multiplicar as ajudas e a solidariedade temos que nos secorrer de várias questões, sendo a primeira perceber que se deveriam gerar consensos entre o executivo, e essa falta de consenso permite que os eleitos do PS se distanciam destas políticas que consideram erradas. -----

----- Considerou como segunda razão a ausência de apoio ao associativismo e às freguesias e a terceira não existir nada que no orçamento que faça haver esperança, afirmando que era exigido que este orçamento tivesse outro cariz. -----

----- Disse saber que os tempos são difíceis e que em Abril, aquando da discussão das contas do orçamento de 2011, afirmou que se irá com certeza verificar que não foram realizadas as receitas de capital que deveriam ter sido realizadas, e considerou que estas alturas difíceis deviam pelo menos servir para perceber como isto deve ser feito. -----

----- Referiu que a missão da oposição é fiscalizar a ação de quem executa as políticas e aquando da apresentação de contas se verá se a transparência reclamada em relação aos pagamentos de água e de luz e ao valor do contrato-programa com a Desmor. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse ter um momento literário (Fernando Pessoa) que espera que permita encarar o próximo ano do ponto de vista social, político e económico com outras perspetivas, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O valor das coisas não está no tempo que elas duram mas na intensidade com que acontecem, por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Considerou incontornável que o orçamento da Câmara Municipal reflita o estado do país em que nos encontramos e disse tratar-se de um orçamento de rigor que reflete para além da falta de liquidez do país, um sinal de esperança para se vencer os desafios destes momentos difíceis. -----

----- Referiu que num ano em que as receitas, quer diretas quer indiretas, diminuem de forma abrupta, a Câmara Municipal consegue apresentar ainda um orçamento para 2012 de quase 28 milhões de euros. Salientou que numa conjuntura onde as receitas correntes diminuem existem despesas correntes que aumentam em consequência da manutenção de funcionamento dos equipamentos e da função social da autarquia. -----

----- Disse ainda não se poder esquecer o aumento dos custos com as refeições e transportes escolares, bem como o aumento do IVA na eletricidade, o aumento dos custos com a água e saneamento. -----

----- Salientou que mesmo com estes condicionamentos financeiros, a Câmara Municipal de Rio Maior consegue continuar com as obras em curso e com novas obras, como sejam por exemplo a conclusão do Centro Escolar de São João da Ribeira, a construção do Centro Escolar de Fráguas, a terceira fase da beneficiação da rede viária, bem como outras já referidas. -----

----- Considerou que este orçamento reflete ainda que Rio Maior continua a ser um concelho de referência no aproveitamento dos financiamentos e verbas comunitárias disponíveis e que apesar da pesada herança da dívida que no ano de 2012 representa cerca de 2,5 milhões de euros entre a amortização de capital e juros, o que representa cerca de 9% do orçamento municipal, afirmou que a Câmara Municipal consegue ainda cumprir com os compromissos do anterior executivo, como seja a verba prevista no orçamento para a Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

----- No que se refere às juntas de freguesia afirmou que estas não são esquecidas neste orçamento e apesar das dificuldades a Câmara tem previsto uma verba de 560 000 euros entre despesas correntes e de capital. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Salientou os valores significativos que neste orçamento são atribuídos à educação, nas áreas da alimentação ao 1º ciclo e transportes escolares que totalizam cerca de 1,5 milhões de euros. -----

----- Lembrou ainda ser de referir que, apesar das intervenções anteriores, foram ouvidos todas as forças políticas com acento nesta assembleia municipal e se não foram foi porque entenderam que não deveriam ir e considerou também que se não apresentaram propostas foi porque não o quiseram ou simplesmente porque não as tinham para apresentar. -----

----- Afirmou ser verdade que este não é o orçamento que todos queríamos e que todos queríamos mais, mas também afirmou ser verdade que se não foi colocado mais não foi certamente por má vontade mas porque tal não é possível atendendo a todas as contingências já sobejamente faladas nesta sessão da assembleia municipal. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu a palavra para um efetuar um esclarecimento, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- Esclareceu em primeiro lugar que, ao contrário do que parece pela intervenção da deputada que o antecedeu, o compromisso de comparticipação para a ESDRM foi de 1 milhão conforme está inscrito em orçamento desde 2010 e esclareceu também que o PS não compareceu à reunião para exercer o direito da oposição porque considera que este deve ser exercido com conhecimento consubstanciado dos documentos e que as convocatórias devem ser feitas da forma legal. Esclareceu ainda que na altura teve a oportunidade de informar a funcionária que o contactou que o direito da oposição faz todo o sentido nas forças políticas que apenas têm representatividade na assembleia municipal, referindo que no caso do Partido Socialista fazem parte do executivo municipal três vereadores e deve ser com eles que prioritariamente se articulam estas situações. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou os esclarecimentos invocando a Lei n.º 24/98, de 26 de Maio que aprova o estatuto do direito da oposição referindo que se está ainda em fase de audição dos partidos políticos e lógico que o documento não esteja ainda finalizado e sim em construção e em fase de receber as propostas que estes queiram apresentar. Esclareceu que em termos de convocatória o que seguiu foi um e-mail para todos os líderes de bancada e posteriormente foi confirmado telefonicamente se efetivamente o tinham recebido e se estariam presentes na reunião agendada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que se refere às questões colocadas pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, juntas de freguesia, redução de despesas correntes e pessoal, esclareceu que o que acontece é que o ano passado algumas das juntas de freguesia recebiam nas transferências correntes um valor relativo aos encargos que a junta tinha com uma funcionária nos seus centros de dia, o que não acontecerá este ano por força do fim desses contratos, deixando de ser a junta a assumir esse encargo e passou a Câmara a assumi-lo. Quanto à redução de transferências de capital, referiu que este recai sobre o valor dos 10%, conforme falado com os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Esclareceu quanto à questão da despesa em aquisição de bens e serviços, 10% e 21% respetivamente do orçamento, refere-se, a primeira, essencialmente à compra de águas à AdO que para o ano de 2012 se prevê de 1 142 000 euros acrescentando a dívida existente que se está a pagar no montante de 380 000 euros, às refeições escolares no valor de 608 000 euros e também aquisição de outros bens, como por exemplo massas asfálticas, materiais de escritório, combustíveis, etc., a segunda, aquisição de serviços, refere-se essencialmente à recolha e tratamento de efluentes de saneamento num total de 1 800 000 euros, iluminação pública no valor de 600 000 euros a que acresce a dívida que vem de 2011 no valor de 88 000 euros, transportes, circuitos e visitas escolares no valor de 800 000 euros, a recolha de resíduos sólidos no valor de 720 000 euros, a iluminação e gás nos centros escolares no valor de 693 000 euros, e ainda a manutenção de espaços verdes, telecomunicações, encargos com a cobrança de água, impostos e finanças e outros contratos existentes. -----

----- Informou que a referência a novas atribuições na página 16 do documento, diz respeito às responsabilidades com o pessoal não docente das escolas, cerca de 90 pessoas. -----

----- Em relação ao 210 000 euros para o movimento associativo desportivo, esclareceu que este valor faz a acumulação dos anos de 2011 e 2012 porque como é do conhecimento de todos só em novembro de 2011 é que se conseguiu acabar de pagar os contratos – programa estabelecidos com o movimento associativo, e porque se entende que não há necessidade de estar a assinar continuamente contratos-programa se não conseguimos cumpri-los, e que por isso era intenção apenas fazer os contratos – programa de 2011 quando estivessem cumpridos os contratos-programa de 2010, o que só aconteceu em novembro. Assim, e o que diz respeito ao movimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

associativo desportivo, esclareceu que o valor que se vai atribuir em 2012 acumula com o valor de 2011. -----

----- Informou que no que concerne à questão do valor para a Santa Casa da Misericórdia se trata de honrar um compromisso anteriormente assumido, mesmo que não tenha sido assumido por este executivo, no valor de 300 000 euros para a construção do edifício da fisioterapia. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pegando na expressão utilizada pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, “golpe de asa”, referiu que este seria pequeno para aquilo que é necessário, seria precisas sim umas asas que trouxessem muitos milhões para resolver as carências existentes. -----

----- No que se refere às transferências para as juntas de freguesia lembrou que em 2006 também não foi feita qualquer transferência de correntes e tentou-se não seguir esse exemplo. -----

----- Quanto à intervenção da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues afirmou que achou interessante a dinâmica do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo a intervir sempre e a deputada a abster-se sempre, tirando-se daí as relações que se quisesse. -----

----- Disse ainda que aquilo que se pensa efetivamente fazer é o projeto desenvolvido por este executivo para a Vila da Marmeleira, o projecto de Casais Monizes que se encontra em desenvolvimento e que quanto ao eventual aumento da recolha do saneamento e resíduos sólidos aqui falado informou que a Câmara Municipal de Rio de Rio Maior tem um prejuízo diário de 3 500 euros com a recolha de resíduos sólidos e de saneamento no concelho, e que a manter estes preços obviamente que depois irá faltar para verbas para disponibilizar por exemplo para o movimento associativo. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Pede a palavra para um efetuar um esclarecimento, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- Solicitou que lhe fosse concretizado o que a páginas 40 aparece nas freguesias como transferências correntes o valor de 351 285 euros, o que corresponde a mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

dinheiro do que o ano passado, e a paginas 42 nas transferências de capital aparece o valor de 315 000 euros, o que dá um total de 666 285 euros. -----

----- Indicou ainda que em outra página está referido o valor de 245 000 euros de transferências correntes e 315 000 euros de transferências de capital, e o que questionou e pediu para ser esclarecido objetivamente foi o valor das transferências correntes e de capital para as freguesias, porque a verificar pelas contas as transferências correntes terão um acréscimo de 79 000 euros e a 43 207 euros a menos nas transferências de capital, neste ano. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que existe uma redução no valor das transferências de capital e que nas transferências correntes o que acresce diz respeito às refeições escolares e outras atividades apoiadas pela Câmara Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 23 votos a favor, 8 votos contra e 1 abstenção**. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

-----“ Nós abstivemo-nos porque achamos, a CDU, que este não é o nosso orçamento. Verificamos o esforço, mas faltava as juntas receberem o mesmo para votarmos a favor ou se tivessem menos dinheiro e obras, votar contra.” -----

----- **Ponto XI – Declaração de Interesse Municipal – Colina do Sal, Sociedade Hoteleira, Lda.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Interveio apenas para acentuar que a possível vinda de uma empresa desta natureza para Rio Maior e com esta dimensão será uma mais-valia não só pela criação de postos de trabalho mas também por vir colmatar a falta de oferta de serviços nesta área e por esse motivo indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Disse que a exemplo de outra situação que foi votada numa sessão anterior e no ponto anterior só quis chamar à atenção que este é um processo de interesse público municipal bem instruído, ou seja, todo o procedimento foi corretamente feito, o licenciamento está devidamente organizado apesar de muito moroso por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

contingências associadas aos estudos de impacte ambiental e questões do ordenamento do território, e salientou que a figura de interesse municipal se encontra preservada e está bem delineada porque é uma figura que é exigida por lei, é exigida pela Reserva Ecológica Nacional e tendo isso em atenção e para demonstrar que o empreendimento é uma mais-valia para a região foi elaborado o pedido. -----

----- Salientou que é apologista que as situações de mais-valia económica devem ser ressalvadas, mas que os processos de interesse municipal devem sempre seguir os trâmites tal como este processo agora a votação. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Afirmou que o Partido Socialista vê interesse na possibilidade de mais uma unidade hoteleira fundamentalmente por criar mais uma centralidade para poder reunir atratividade do ponto de vista turístico. -----

----- Referindo-se questão dos postos de trabalho evidenciou que é importante qualquer investimento privado mas o interesse municipal dos postos de trabalho é uma coisa determinante mas vista com algum cuidado. -----

----- Considerou ainda que o interesse municipal é uma coisa e o interesse público municipal é outra e disse que infelizmente, ao longo de 35 anos de democracia, o interesse público municipal, não no caso em apreço mas em outros, tem servido para colocar interesses pouco públicos ao serviço de outros interesses menos claros, alertando para o mau uso desta figura. -----

----- Solicitou no entanto um esclarecimento acerca da menção ao acordo, ou pré-acordo, existente com a Desmor no sentido de potenciar determinados interesses desportivos, e disse ainda que o Partido Socialista não está na disponibilidade de aprovar um cheque em branco acerca de um acordo municipal, sem saber quais os termos desse acordo e qual o nível de comprometimento que o município vai ter e que a Desmor vai ter em relação a isso. -----

----- Considerou assim não poder submeter o interesse municipal de 30 postos de trabalho e da atratividade do empreendimento, não estando em causa a sua inequívoca importância, sem ter conhecimento objectivo das condições do acordo entre uma empresa municipal e uma empresa de capitais privados. -----

----- Indicou o sentido de voto de abstenção para salvaguardar exatamente esta perspetiva. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Asseiceira** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que finalmente este empreendimento está a andar e que a continuar assim este país não avança, porque desde 2004 que querem investir neste empreendimento e nesta terra e só por amor à terra e por haver as salinhas é que continua a haver interesse. -----

----- Disse tratar-se de um grupo económico muito forte e alertou que o acordo deve ser muito bem gerido para não quaisquer desvios. Referiu que seria importante ter conhecimento dos termos do acordo e que por vezes, mesmo acreditando não ser por mal, o executivo municipal não disponibiliza toda a informação aos deputados municipais. -----

----- Considerou que para votar em consciência era importante conhecer o acordo com a Desmor, que presta contas à assembleia, para evitar os receios de não estar salvaguardado no acordo com Desmor e esta vir a transformar-se num concorrente em detrimento daquela. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável referindo que existe urgência neste investimento com 50 postos de trabalho diretos, mas apontando que isso não justifica a não dispensa que sejam disponibilizados todos os documentos necessários para apreciação do documento. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável por considerar que todo o investimento que venha criar riqueza para Rio Maior importante e porque o fundamento para o interesse público está bem sustentado e o turismo é importante para o nosso concelho. -----

----- Considerou que este documento vem propor aquilo que é contestado nacional e internacionalmente por quem nos governa que é exatamente as parcerias público-privadas. -----

----- Considerou também ser de aproveitar o investimento proposto como uma mais-valia para tirar daqui o nosso rédito e lembrou que está em stand by no executivo municipal uma proposta para a rota do árabe e disse poder ser oportuno que se explore as diferentes rotas que o nosso concelho oferece e que completam a nossa valência turística. -----

----- **Carlos Manuel Coelho Pereira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes com votos de boas festas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Reforçou que este é um importante passo para o desenvolvimento e promoção da instalação de mais uma unidade hoteleira em Rio Maior, que considerou fazer bastante falta. -----

----- Referiu que o turismo é na atualidade um pilar de desenvolvimento nacional e regional e informou que a Câmara Municipal tem estado a implementar um projeto/parceria internacional que resultou já num aumento exponencial de visitas às Salinas, atingindo o valor histórico de quase 16 mil pessoas, considerando assim que esta unidade hoteleira pode fazer a diferença também para este público. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Não havendo pedidos de esclarecimentos determinou que os serviços da assembleia disponibilizem cópia do acordo ou pré-acordo que possa existir. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pede a palavra para rapidamente esclarecer que quando foi apresentada à Desmor esta possibilidade do acordo que se refere no pedido este não foi reduzido a escrito, afirmou existir sim um pré-acordo de utilização das instalações mediante uma tabela de preços. -----

----- Esclareceu que este investimento, para além de um projeto turístico, irá também consistir num projeto desportivo voltando assim ao contexto inicial do investimento há já 10 anos atrás. -----

----- Afirmou que este acordo tem sido discutido nas diversas reuniões que foram realizadas pelas partes e as instalações desportivas foram determinantes para a decisão de investimento. -----

----- Questionou se não viesse na carta do requerente o facto de existir um acordo com a Desmor, era motivo para a abstenção ou inviabilização da classificação, que é pedido, a declaração de interesse municipal. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse entender as preocupações dos deputados e questionou a Presidente da Câmara se existe algum acordo escrito, que respondeu não haver. Considerou que não havendo não se pode remeter aos deputados, mas tal não significa que não exista um acordo de princípio entre a empresa e a Desmor, em que eles poderão utilizar as instalações de acordo com uma tabela que será objeto de acordo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria de 30 votos a favor e 1 abstenção**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos a favor pela garantia dada pela senhora Presidente de que não existe nenhum acordo de preferência em relação a esta empresa e aos outros utentes da Desmor, e portanto congratulamo-nos com a possibilidade de vir para cá uma indústria, uma firma que traga mais unidade hoteleira para Rio Maior.” -----

----- **Ponto XII – Protocolo de Cooperação Institucional e Financiamento com o Instituto Politécnico de Santarém – Acordo de pagamento** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Considerou que esta foi a forma de resolver o problema que estava ingovernável e afirmou que pelo menos o Instituto Politécnico de Santarém fica com o problema resolvido. Disse esperar que o governo também encontre uma estratégia deste tipo para o empreiteiro receber o dinheiro a que tem direito, se não, disse não saber para que vai servir a escola superior de desporto. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável considerando que fica compromisso honrando e disse esperar que todos os meses se consiga pagar a prestação e aproveitou ainda para sugerir que junto do poder central se tente resolver a situação para a escola possa ser entregue. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos a favor porque de facto entendemos que a centralidade que é a Escola Superior de Desporto de Rio Maior é demasiado importante para que não seja cumprida e temos pena que não tenha sido podido ser feito mais cedo e que este ano já não tivesse começado, se tivéssemos conseguido outro tipo de negociação. Não foi possível, este acho que é o possível, esperemos que em breve prazo o resto do acordo permita que a gente consiga funcionar na Escola Superior de Desporto de Rio Maior e que ela tenha um futuro auspicioso como tem tido até aqui.” -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do actual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Senhor Luís Carvalho, São João da Ribeira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que no dia 30 de junho de 2005 esta Assembleia Municipal aprovou uma recomendação à Câmara no sentido de ser atribuído o nome de Álvaro Cunhal a uma rua ou praça da cidade de Rio Maior. Questionou se será possível o executivo municipal esclarecer porque é que esta recomendação ainda não foi concretizada, se há intenção do executivo de a concretizar ou não e com que fundamento. Sublinhou ainda que esta medida terá uma carga simbólica e um valor simbólico muito importante para o concelho, não só porque Álvaro Cunhal viveu aqui, mas também pela violência que foram vítimas vários militantes do Partido Comunista Português e outras pessoas de esquerda aqui no concelho a dada altura. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Questionou a Presidente da Câmara se teria condições para prestar o esclarecimento solicitado, dado tratar-se de um assunto de outro mandato. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Considerou ser legítimo qualquer grupo de pessoas ou cidadão sugerir ao executivo o nome de alguém para uma rua ou uma praça, e referiu que o mesmo tinha já sido alertado pelo senhor Luís Carvalho em reunião de Câmara mas que efetivamente por se tratar de um assunto anterior a este mandato foi a primeira vez que dele ouviram falar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- afirmou que tratando-se de uma recomendação, e ainda para mais feita já em 2005, esta pode ou não ter sido acolhida e referiu que, querendo, pode sempre ser feita nova proposta ao executivo em funções, que a acolherá ou não. -----

----- Finalizados os trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal deu algumas notas e desejou a todos, em nome pessoal e em nome da mesa, um Santo Natal, lembrando aquilo que sempre sente nestas alturas que é o facto de haver sempre alguém perto de nós, que não são aqueles que se mostram, que vive uma pobreza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

envergonhada e a quem um gesto anónimo de solidariedade é o verdadeiro símbolo de Natal. -----

----- Desejou ainda um bom ano de 2012 para todos, dentro do possível, e particularmente com muita saúde. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: _____